

SER OU NÃO SER: O DEBATE SOBRE O ENSINO MÉDIO*

Dagmar L. Zibas

Expressões tais como "campo nebuloso e minado", "área fluida", "um time com meio de campo frágil" podem ser facilmente pinçadas em qualquer estudo que focalize a escola secundária no Brasil. Essas definições tentam enfatizar a histórica falta de identidade desse nível de ensino e a inconsistência das políticas educacionais que o enfocam.

Nos últimos três anos, no entanto, há encaminhamentos bem mais articulados na tentativa de imprimir uma direção mais clara, ao menos no plano filosófico e político, para o ensino médio.

Ao nos propormos a tarefa de fazer uma revisão crítica dos artigos editados pelos CP sobre o tema, a questão que se colocou foi se, além da inegável justificativa histórico-bibliográfica de tal trabalho, poderia o mesmo contribuir de alguma forma para ampliar a discussão das propostas atualmente em pauta. Depois de um aprofundamento em cada texto publicado, concluímos que, na maioria dos casos, os conteúdos caminharam *pari passu* com as preocupações mais marcantes de cada período, apoiando-se em vertentes teóricas e metodológicas que têm orientado os estu-

diosos da área nesses últimos 20 anos. Assim, talvez possamos esperar que a presente resenha auxilie a evitar que o endosso a qualquer projeto atual venha acompanhado dos equívocos do passado.

Mesmo correndo os riscos inerentes a toda esquematização, parece útil resumir os desdobramentos teóricos e políticos do estudo do 2º Grau nas duas últimas décadas, para recuperarmos os reflexos desses movimentos nas páginas da revista.

No conjunto dos questionamentos da escola média, o alvo principal foi, durante muito tempo, a profissionalização imposta, de maneira universal e compulsória, pela Lei 5692/71. Vários argumentos apoiaram as críticas, desde os que se deixaram levar por razões pragmáticas e conjunturais, até aqueles mais elaborados, que buscaram respaldo em pressupostos teóricos pertinentes à temática. No primeiro grupo, destacam-se os discursos que associaram a falência da profissionalização (tal como concebida) à incapacidade do sistema educacional em absorvê-la. Incapacidade que se explicava pela falta de recursos físicos e de equipamentos disponíveis, pela carência de

* Preparado especialmente para o número comemorativo, este texto tem como referência básica os artigos publicados ao longo dos 20 anos dos *Cadernos de Pesquisa*.

pessoal qualificado, ou mesmo pelo desinteresse demonstrado por muitos estabelecimentos de ensino em relação às propostas profissionalizantes.

Do ponto de vista teórico, as críticas colocaram-se em oposição às abordagens do "capital humano"¹, denunciando o equívoco de uma profissionalização estreita e da orientação dada à preparação para o trabalho, demasiadamente atrelada às necessidades do mercado, sem considerar que a educação, como processo social básico, é mais abrangente que o mercado, devendo, necessariamente, não ignorá-lo, mas exceder seus objetivos imediatistas.

O fracasso da profissionalização obrigatória foi reconhecido oficialmente mediante a promulgação da Lei 7044/82². A partir daí, todavia, agrava-se o quadro de incertezas e indefinições referentes ao ensino médio. Ou seja, os estudiosos que criticaram o tecnicismo e o economicismo da legislação anterior passam a se preocupar com a precariedade de uma composição curricular inchada, demasiadamente livresca e inorgânica, que recoloca, em novo patamar, a histórica "esquizofrenia" do ensino médio, destinado a profissionalizar jovens provenientes de certas camadas e preparar os mais privilegiados para a universidade.

O reconhecimento da inevitabilidade da rede dual de ensino (propedêutica e profissionalizante) pela lei de 1982 fortaleceu explicações reprodutivistas, no sentido de compreender a escola apenas como instância ideológica a serviço da permanência das desigualdades sociais. No âmbito do estudo do 2º Grau, a contraposição mais forte a essa visão imobilista surge com a concepção de que o trabalho deve ser o princípio organizador de todo o currículo, não de uma forma estreita e linear, mas de modo a permitir que o aluno se aproprie tanto dos princípios básicos das ciências quanto de uma visão ampla e crítica dos processos de trabalho e da produção, assim como de seu impacto sobre a sociedade. Todavia, até agora ainda muito fluida, tal proposta, embora já inserida em projeto da nova LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação (atualmente em tramitação no Congresso Nacional) dá margem a muitas interpretações, carecendo de uma sistematização que lhe imprima contornos mais definidos, principalmente no que diz respeito à sua implantação no contexto sócio-econômico que caracteriza a sociedade brasileira.

As longas discussões desenvolvidas e as dificuldades de nitidez do projeto acima referido parecem ter aberto espaço para a colocação de outra proposta, bem mais estruturada, cuja origem pode ser encontrada no relatório do Banco Mundial (The World Bank, 1989) *Brazil: issues in secondary education*. Esse documento traz um levantamento minucioso do fracasso da escola pública brasileira de 2º grau, em termos de desperdício de recursos, evasão, repetência e resultados em testes de rendimento de seus alunos, sugerindo a adoção de medidas que teriam dado resultado em outros países. Tais medidas seriam principalmente as seguintes:

— introdução de incentivos pelo desempenho de escolas;

— progressiva descentralização da gestão educacional;

— uso regular de testes padronizados de avaliação do rendimento de alunos como base para avaliar o progresso do sistema escolar; e

— incentivos para aumento gradual de matrículas em escolas privadas, com a concessão de bolsas patrocinadas pelo governo.

Há notícias de que algumas secretarias estaduais de educação já estariam estudando a possibilidade de implantação de, pelo menos, algumas das medidas acima.

Como o quadro histórico (acima apenas esboçado) — desde os desdobramentos da Lei 5692/71 até as polêmicas propostas atuais — repercute nos *Cadernos de Pesquisa*? Em uma primeira etapa, trabalhos estruturam-se em torno da constatação de discrepâncias entre os dispositivos legais e a realidade educacional do país. Valendo-se de referências que relacionam linearmente, em um encadeamento bipolar de causa e efeito, os diversos componentes da problemática, os autores não discutem ainda a fragilidade da própria legislação ou as contradições sociais mais profundas em que o corpo legal se apóia. Entretanto, ao marcarem a distância entre a lei e sua implementação, acabam, mesmo não intencionalmente, indicando o artificialismo manipulador da normatização oficial. Esse momento das publicações dos CP sobre o ensino médio serve, assim, como preâmbulo à discussão mais crítica sobre a legislação e o papel social da escola secundária, que se daria mais tarde na própria revista.

Incluiríamos, naquele período inicial, tanto o artigo de Sanders (CP13, 1975) como o de Castro (CP17, 1976). O primeiro enfocou as divergências entre as disposições da LDB de 1961 e a realidade de escolas médias gaúchas, registradas em pesquisa realizada em 1970. O segundo artigo, embora endosse a adequabilidade do texto legal de 1971 (que instituiu a profissionalização obrigatória) e proponha a eliminação das muitas "vantagens" do curso superior de modo a tornar atrativa a terminalidade do ensino médio, acaba levantando dados sobre a precariedade e o artificialismo da instalação do secundário profissionalizante universal, dados esses que, mais tarde, seriam aprofundados pelos críticos da Lei 5692/71.

1 Como se sabe, segundo essa teoria, o desenvolvimento econômico é principalmente função da educação, pois o acréscimo do estoque de educação na força de trabalho interferiria de modo predominante na produtividade. O trabalhador também seria sempre beneficiado, pois quanto maior o capital educacional de que dispusesse, maior sua remuneração e progressão funcional.

2 O texto da Lei 7044/82 contrapõe-se à legislação anterior, principalmente, da seguinte forma: o objetivo "qualificação para o trabalho" é substituído por "preparação para o trabalho", requisito esse que passa a fazer parte do objetivo maior de "formação integral" do aluno. A habilitação profissional torna-se não obrigatória, mas uma opção do estabelecimento de ensino.

Logo esgota-se essa primeira fase, em que a crítica é dirigida à forma como a educação secundária é implementada, sem que se questione o componente ideológico básico do processo educacional e da legislação pertinente.

Entretanto, as teorias da reprodução (que serviram como primeira base para as denúncias mais contundentes aos enfoques que consideravam a educação como recurso suficiente para a promoção social do indivíduo) não repercutiram em sua forma radical nos trabalhos sobre o ensino médio publicados nos CP. Assim é que as restrições à Lei 5692/71 não surgem na revista como negação de qualquer utilidade da profissionalização para as camadas desprivilegiadas.

O artigo de Franco e Castro (CP36, 1981) ilustra bem como o estudo da escola secundária estava abandonando os pressupostos da teoria do capital humano e adotando um instrumental de análise mais crítico, aproximando-se das teorias da reprodução, sem, no entanto, ir até as últimas consequências daquelas abordagens. Ou seja, o texto em questão, ao fazer um estudo comparativo entre egressos de escolas médias convencionais e ex-alunos de escolas técnicas, com dados de quatro países (Colômbia, Paraguai, México e Argentina), traz referência bibliográfica de autores reprodutivistas, mas conclui que a educação técnica tende a ser mais eficiente para a promoção social dos trabalhadores. Ressalta, porém, que essa alternativa, para ser realmente efetiva, dependeria de mudanças mais profundas nas políticas econômicas e educacionais. Aqui há hesitação em tomar a educação isoladamente, como alavanca do progresso individual, já mencionando sua relação com fatores econômicos, políticos e ideológicos mais gerais, sem todavia rejeitar o valor social da profissionalização.

Outro bom exemplo dessa fase de transição pode ser encontrado no artigo de Vicentini e Assis (CP45, 1983). O texto descreve ampla pesquisa que se propõe discutir a função do 2º Grau e, para tanto, levanta dados junto a alunos, egressos, professores, técnicos escolares e empregadores. O referencial adotado exige a definição e o controle de uma série de variáveis, aproximando-se, assim, de um delineamento empírico *stricto sensu*; entretanto, as teorias da reprodução já surtiem seus efeitos sobre os estudos em Educação e os autores concluem, entre outras coisas, que a "escola de 2º grau incorporou a própria divisão do trabalho entre intelectual e manual, dedicando-se a preparar 'os que fazem' e não 'os que pensam'". Apesar disso, os pesquisadores recusam a posição reprodutivista ortodoxa, acenando para a possibilidade de superação das contradições apontadas.

Os textos de Franco (CP47, 1983) e Franco e Durigan (CP48, 1984) inscrevem-se em nova etapa do desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil, pois trazem a postura teórico-metodológica que procura as raízes históricas — econômicas e sociais — como caminho para a compreensão da realidade educacional. Pretende-se, assim, a superação tanto da fase do empiricismo linear e a-histórico, quanto do

estritamento reprodutivista. Nesses trabalhos, uma vez definido, em nível histórico-explicativo, o engodo que representou a profissionalização obrigatória na escola secundária, é proposto um mergulho no empírico para que se extraiam informações que, submetidas à análise teórica, permitam traçar novas perspectivas. A ampla descrição do sistema de ensino de 2º grau prevalecente no município de São Paulo durante a vigência da Lei 5692/71 (Franco, CP47, 1983) e a caracterização de grande amostra de alunos, inclusive quanto às representações sociais que constroem em relação à escola e ao trabalho (Franco e Durigan, CP48, 1984), são dados que, contrapostos ao contexto histórico e social, levam à conclusão de que é necessária uma escola que ajude os alunos a "desvendar os mecanismos que produzem e sustentam as desigualdades sociais" (Franco, CP47, 1983) e, ao mesmo tempo, "os encaminhe para uma indispensável qualificação técnica" (Franco e Durigan, CP48, 1984).

Outro ramo da mesma vertente é representado por Warde (CP47, 1983) que trata, explicitamente, pela primeira vez nos CP, daquele projeto para o ensino médio que ganharia muito destaque na década de 80, e que procuraria romper de vez com as amarras reprodutivistas, mantendo, todavia, os pressupostos da crítica social desenvolvida por aquelas abordagens. No artigo, a autora recupera a história da implantação da Lei 5692/71, de seu suporte teórico e das restrições que sofreu até sua superação pela Lei 7044/82, mostrando a fragilidade da nova legislação e indicando a necessidade de um programa para o 2º Grau que se articulasse a partir do trabalho tomado nos termos colocados por Gramsci, ou seja, como princípio organizador de todo o currículo. Previa-se, assim, a possibilidade de superação da dicotomia teoria/prática e da segmentação da escola secundária entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante.

Nos anos seguintes, essa proposta perpassaria, de forma mais ou menos definida, ou mais ou menos diluída, outros trabalhos publicados pelos CP.

Em 1985, por exemplo, a revista (número 55) reproduz as comunicações e debates que se desenvolveram por ocasião da mesa redonda que reuniu, na Fundação Carlos Chagas, Cláudio Salm, Mirian Jorge Warde, Maria Umbelina Caiafa Salgado e Maria Laura P. Barbosa Franco sob o tema "Pesquisa Educacional e Políticas Governamentais em Educação — Ensino de 2º Grau". A oportunidade desse encontro pareceu muito justificada, no momento em que se esperavam algumas mudanças significativas nas políticas educacionais, a partir do esgotamento dos governos militares e da abertura política.

O exame atual do conteúdo daquelas comunicações informa que estava superada uma fase dos estudos sobre a escola média, tornando-se fortalecidas duas vertentes, quais sejam:

a) a compreensão do 2º Grau como complemento indissociável do 1º Grau; e

b) a tese da formação para o trabalho dentro do 2º Grau, entendida como formação para a cidadania. Aqui há aproximação à tese gramsciana, no sentido

de considerar o trabalho como o princípio educativo por excelência.

Muito significativamente, a mesa redonda em questão abre-se com a palestra de Cláudio Salm (CP55, 1985), o qual declara que se deve dar por encerrada uma etapa histórica do debate educacional, deixando-se de lado, até por exaustão, as críticas às teorias do capital humano, bem como os pruridos acadêmicos sobre o papel ideológico da escola a serviço do capital, e pleiteia que se passe a definir claramente qual a escola que interessa aos jovens para que possam garantir sua sobrevivência com dignidade.

Warde (Salm et al., CP55, 1985), em sua exposição, retoma as diferentes referências doutrinárias que informaram os estudos do 2º Grau até aquela época para concluir que, vencida com certa competência a batalha contra a profissionalização compulsória, o caminho mais produtivo para a pesquisa na área (a fim de sair do impasse entre ensino profissionalizante e ensino propedêutico) seria aquele que enfoca a escola média como um momento no bloco do 1º Grau e não apenas como trânsito para a universidade.

Dentro da segunda tendência acima mencionada, Salgado (Salm et al., CP55, 1985), na mesma oportunidade, discute a relação escola/empresa a partir de dados de pesquisa que enfocou trabalhadores da indústria siderúrgica em Minas Gerais, argumentando que à empresa interessa mais a escola de formação generalista e não voltada para o trabalho, pois isso permite maior liberdade para treinar seus funcionários. A partir daí, a autora defende o ponto de vista de que o interesse dos alunos pela preparação específica para o trabalho não pode ser desconsiderado e que a revitalização das escolas técnicas deve ser encarada como processo a ser revertido em favor dos direitos de cidadania do trabalhador.

Franco (Salm et al., CP55, 1985) reforça a mesma vertente, trazendo dados de pesquisa de caracterização de alunos do 2º grau. Concorde com Salgado na defesa de escolas técnicas como uma das alternativas da escola média, insistindo em que tanto os cursos de formação geral quanto os técnicos deveriam se voltar para a preparação mais completa do jovem para o trabalho, o que incluiria não a simples adaptação ao mercado, mas o acesso a conteúdos críticos que desmistificassem as explicações ideológicas.

A partir daquele ano (1985) os CP passam a divulgar também estudos sobre ramos específicos do 2º grau³. A grande lacuna representada pela falta de pesquisa sobre o ensino agrícola é, em parte, preenchida por três artigos (Franco, CP53, 1985; CP60, 1987; e Zibas, CP62, 1987). Franco relata o desenvolvimento do ensino agrícola brasileiro, a partir do período imperial, para terminar discutindo a necessidade de uma política educacional para aquelas escolas que levasse em conta a realidade da agricultura no país. Em 1987, Franco divulga dados de pesquisa que focalizou egressos do ensino agrícola de 2º grau, registrando, além da origem social desses ex-alunos,

sua trajetória educacional e ocupacional, bem como suas representações sociais sobre escola, trabalho e questões sociais. Foi traçado, assim, um painel que possibilitaria a discussão da função social que esse jovem estaria preparado para desempenhar e a responsabilidade das políticas educacionais na formação desse profissional.

Zibas (CP62, 1987) trata de uma faceta pouco conhecida do ensino agrícola: o internato, questionando não só as distorções, mas a própria concepção de internato, principalmente em um sistema educação/produção, o que, no limite, comprometeria todo o ensino agrotécnico tal como implementado no país.

Em 1989, quando os meios acadêmicos e políticos se agitavam para subsidiar o projeto da nova LDB, é organizado um número especial dos CP (68) totalmente voltado para o 2º Grau, como tentativa de obter um contorno mais nítido de suas prioridades e, assim, contribuir para a gestação dos novos dispositivos legais.

Como artigo de fundo, esse número traz um trabalho de Rosenberg (1989), no qual são dissecados estatísticas disponíveis e documentos analíticos referentes à escola média. Paralelamente ao relato das dificuldades metodológicas inerentes a esse tipo de estudo no Brasil (uma vez que os números divulgados pelos diferentes órgãos oficiais não são compatíveis entre si), a autora discute os caminhos tortuosos percorridos pelos poucos recursos destinados ao 2º Grau e mostra tabelas alarmantes, que evidenciam sua precariedade e seletividade. Ainda, um corte inusitado nos dados permite a exposição de números que dão conta da predominância feminina no ensino médio. Essa característica é analisada em confronto com outras informações sobre a População Economicamente Ativa.

Três artigos do mesmo CP68 compõem um núcleo que debate as diretrizes filosóficas e políticas a serem adotadas para definir a função social do 2º Grau.

Kuenzer (CP68, 1989) retoma com vigor a proposta gramsciana *stricto sensu* (a qual, como já vimos, vinha sendo ventilada — com maior ou menor aproximação — nos CP desde 1983), defendendo a tese de uma escola média que seja única enquanto estrutura, politécnica quanto ao conteúdo e dialética quanto à metodologia, escola essa que tomaria o trabalho como princípio educativo básico e superaria tanto o clássico academicismo vazio quanto a profissionalização estreita.

Salgado (CP68, 1989) centra-se no delineamento das relações sociais de produção que caracterizam o Brasil e na discussão da posição do país na divisão internacional do trabalho. A partir daí, seus argumentos apontam a necessidade de um ensino médio organicamente integrado ao 1º Grau e que funcione como instrumento de democratização das oportunidades

3 Artigos específicos sobre formação docente na escola média são tratados neste número por Silva e Davis.



de crescimento individual e de construção da cidadania.

Cabe a Franco (CP68, 1989) explicitar as diversas elaborações que convergem para a designação do trabalho como princípio educativo, retornando à formulação clássica de Marx e aos desdobramentos do princípio no âmbito da psicologia construtivista soviética (Rubinstein e Leontiev). Conclui que o atual estágio das relações de produção e a realidade vivida pelo estudante trabalhador impõem limites à adoção daquela concepção, abrindo, no entanto, algumas possibilidades, as quais devem ser aproveitadas para facilitar ao jovem a compreensão de sua prática social e a obtenção de meios para a revisão e transformação dessa prática.

Um terceiro bloco do CP68 compreende artigos de Seiffert (1989), Haddad et al. (1989) e Fusari e Cortese (1989), onde aspectos específicos da educação secundária são abordados. Seiffert (1989) expõe dados que dão a dimensão dos problemas do 2º Grau no Estado do Pará. Haddad et al. analisam os números referentes ao ensino supletivo de 2º grau, levantando, como corolário, o argumento de que a educação de jovens e adultos trabalhadores seria melhor desenvolvida se os poderes públicos deixassem de duplicar esforços na rede regular e na supletiva, investindo em uma escola pública noturna de qualidade com características próprias. Fusari e Cortese (1989) centram-se no levantamento das origens da escola normal na França e as relacionam com o desenvolvimento da formação docente no Brasil, terminando com uma descrição da proposta dos CEFAM — Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, concebida como possibilidade de superação dos históricos problemas de formação de professores.

Um último conjunto de artigos traz, no mesmo número especial, os relatos de diferentes experiências, bastante específicas, que abrem espaços mais democráticos e eficientes para a educação secundária. Nesse sentido, os trabalhos de Santos (1989) e Zibas (1989) convergem ao ilustrar como uma formação mais crítica dos docentes pode introduzir, principalmente na escola média, um elemento desafiador e construtivo. Concagh (1989) relata sua experiência como professora em uma Escola Família-Agrícola no Espírito Santo, considerada como um dos possíveis modelos para a educação de 2º grau no campo.

À ampla visão das dificuldades e alternativas para o 2º Grau, divulgada pelo número 68 dos *Cadernos de Pesquisa*, vem juntar-se o artigo de Silva (CP74, 1990), onde são revistos os problemas e impasses da escola média e defendida, vigorosamente, uma perspectiva que, tendo por objetivo o estreitamento de relações entre escola e o mundo do trabalho, bem como a superação da dualidade "ensino propedêutico x profissionalizante", se aproxima daquele conceito gramsciano reiteradamente tratado na bibliografia analisada. De fato, a autora propõe que a escola secundária passe a veicular um conteúdo mínimo comum, que garanta acesso de todos os alunos aos fundamentos

científicos, históricos e sociais dos avanços tecnológicos da atualidade. Outros desdobramentos são sugeridos: descentralização administrativa, adoção de programas inovadores e flexíveis que atendam às necessidades regionais, revisão da formação docente para o 2º Grau e revitalização das escolas normais.

O tema da flexibilização administrativa é abordado, também, por Zibas (CP78, 1991), que divulga dados de pesquisa realizada junto a curso noturno de 2º grau estadual, onde, ao lado dos conhecidos problemas de ensino público, foram encontrados ecos de um projeto (implantado de maneira experimental pela Secretaria de Educação em 1984 e já interrompido) que, ao prever relativa autonomia da unidade escolar, conseguiu envolver os docentes em um trabalho relevante e produtivo.

Esboçado até aqui o cenário da escola média, composto pelos estudos publicados pelos CP nos últimos 20 anos, resta ainda a preocupação inicial deste artigo: como o levantamento efetuado pode contribuir para subsidiar as propostas atualmente em discussão.

Em que pesem suas diferentes nuances e interpretações, a alternativa para o 2º Grau, que aponta o trabalho como princípio educativo básico, tem se afirmado, ao longo dos anos, como progressista e democrática. Todavia, como vimos, os limites da proposta foram, explícita ou implicitamente, colocados. A base para as restrições está na compreensão de que o esforço para a atenuação da histórica dualidade da escola média (ensino propedêutico x profissionalizante) não excederá as contradições macroestruturais dadas. Isto é, a lamentada "esquizofrenia" do 2º Grau, que deve preparar alguns para a universidade e outros (que, em maioria, já trabalham!) para o mercado, é antecedida pelas contradições sociais mais amplas. Daí as interpretações que, relativizando a proposta original, defendem, como registramos, uma escola secundária que: a) dê continuidade ao 1º Grau quanto à formação intelectual e cultural dos jovens; b) veicule conteúdo básico comum, de caráter geral, que facilite para todos a compreensão histórico-social (e, portanto, política) e científica do mundo atual, mas que; c) mantenha as especializações técnicas (mais flexibilizadas e dinâmicas) para atender as irrecusáveis demandas de determinada clientela.

Essa concepção de 2º Grau, de nenhum modo consensual entre os especialistas, mas crescentemente majoritária, talvez se torne uma alternativa menos controvertida para encaminhamento da nova LDB.

Naturalmente, as questões aí envolvidas quanto à formação do magistério para a escola média, financiamento, gestão, ampliação do atendimento e da qualidade do ensino continuam em aberto. Nesse sentido, os projetos para a nova LDB precisam ser melhor fundamentados. O documento do Banco Mundial, anteriormente mencionado, também merece estudo e debate, uma vez que pretende dar conta desses aspectos. Trata-se de proposta que, apesar de estar em circulação há mais de dois anos e já ter repercussões práticas junto a algumas secretarias estaduais de educação, ainda não foi abordada em pro-

fundidade nos *Cadernos de Pesquisa* ou em outra publicação especializada.

Fica, então, a sugestão de que os estudiosos venham debater, nesses veículos, o conjunto de inovações propostas no documento em questão. Como uma aproximação (bastante incipiente) da discussão a ser aprofundada, vale a pena lembrar que o item "incentivo para aumento gradual de matrículas em escolas privadas, com a concessão de bolsas pelo governo", defendido pelo Banco Mundial, configura o modelo "educação básica subvencionada", colocado em vigor no Chile há alguns anos, modelo esse derivado de teorias econômicas que atribuem unicamente ao mercado o papel de controlar e regular o funcionamento da atividade social. Sobre essa experiência, existe um estudo realizado pela pesquisadora Viola Espínola, do CIDE — Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación, de Santiago, no qual a rigorosa análise dos dados levantados, depois de sete anos de implementada a reforma, permitiu concluir que, ao lado de algumas poucas mudanças positivas, "[os resultados] questionam o modelo neoliberal imposto, na medida em que mostram não só que os me-

canismos implementados para melhorar a qualidade do ensino não têm atuado no sentido previsto, senão que, além disso, a prevalência da racionalidade econômica em educação contribui para aprofundar a desigualdade" (Espínola, 1990, p.76). Como, depois dessa pesquisa, houve grandes mudanças institucionais no Chile, seria importante obter novos dados que dessem conta da atual situação, confirmando ou não as conclusões da autora, de modo a subsidiar a discussão das sugestões do Banco Mundial para o sistema brasileiro.

De todo modo, parece que, entre nós, estão definidos os referenciais que balizarão os debates e as reformas a serem implementadas no 2º Grau nesta década. Está claro que as políticas sociais brasileiras não ficarão imunes à nova correlação de forças econômicas, políticas e ideológicas que se desenha no âmbito internacional. Cabe a publicações tais como os *Cadernos de Pesquisa*, que têm historicamente divulgado os avanços (e recuos) teóricos e políticos registrados, permanecerem criticamente abertas aos novos encaminhamentos e discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(Estão agrupadas em duas listas: a primeira, dos artigos dos CP referentes ao ensino médio; a segunda, das demais fontes citadas.)

CASTRO, Cláudio M. Secundário profissionalizante: prêmio ou consolação? CP 17, p.41-52, jun.1976.

CONCAGH, Viviana B. A escola-família agrícola no Espírito Santo. CP 68, p.89-98, fev.1989.

FRANCO, Ma. Aparecida C., CASTRO, Cláudio M. A contribuição da educação técnica à mobilidade social. CP 36, p.41-60, fev.1981.

FRANCO, Ma. Laura P.B. Ensino agrícola a nível de 2º grau: do discurso oficial à necessidade de conhecer a realidade. CP 53, p.3-9, maio 1985.

_____. O ensino de 2º grau: democratização? profissionalização? ou nem uma coisa nem outra? CP 47, p.18-31, nov.1983.

_____. O ensino técnico agrícola do ponto de vista de seus egressos. CP 60, p.15-27, fev.1987.

_____. Possibilidades e limites do trabalho enquanto princípio educativo. CP 68, p.29-38, fev.1989.

FRANCO, Ma. Laura P. B., DURIGAN, Inês. O aluno de cursos profissionalizantes a nível de 2º grau: um retrato sem retoques. CP 48, p.47-56, fev.1984.

FUSARI, José C., CORTESE, Marlene P. Formação de professores a nível de 2º grau. CP 68, p.70-80, fev.1989.

HADDAD, Sérgio, SIQUEIRA, Mª Clara D. P., FREITAS, Mª Virgínia. O ensino supletivo de 2º grau. CP 68, p.62-9, fev.1989.

KUENZER, Acácia Z. O trabalho como princípio educativo. CP 68, p.21-8, fev.1989.

ROSEMBERG, Fúlvia. 2º Grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos. CP 68, p.39-54, fev.1989.

SALGADO, Ma. Umbelina C. As funções sociais do ensino de 2º grau nas condições do Brasil contemporâneo. CP 68, p.9-20, fev.1989.

SALM, Cláudio et al. Pesquisa educacional e políticas governamentais em educação: ensino de 2º grau (Seminário comemorativo do 20º aniversário da Fundação Carlos Chagas). CP 55, p.31-49, nov.1985.

SANDER, Benno. Recursos humanos e materiais nas instituições escolares de grau médio. CP 13, p.3-13, jun.1975.

SANTOS, Edígenes A. Participação, autonomia e co-gestão na escola pública. CP 68, p.99-105, fev.1989.

SEIFFERT, Otilia M. L. B. Perfil do ensino de 2º grau no Pará. CP 68, p.55-61, fev.1989.

SILVA, Rose N. 2º Grau: é preciso enfrentar o desafio. CP 74, p.76-9, ago.1990.

VICENTINI, Ma. Inês F. L., ASSIS, Múcio. Terminalidade geral e continuidade de estudos de 2º grau: expectativas congruentes? CP 45, p.29-42, maio 1983.

ZIBAS, Dagmar M. L. Educação-produção revisitada: as brechas do sistema. CP 68, p.82-8, fev.1989.

_____. Ensino noturno de 2º grau: a voz do corpo docente. CP 78, p.41-50, ago.1991.

_____. Internato: uma das faces ocultas do ensino agrícola de 2º grau. CP 62, p.45-51, ago.1987.

WARDE, Mirian J. Algumas reflexões em torno da Lei 7044. CP 47, p.14-7, nov.1983.

Outras fontes:

ESPÍNOLA, Viola. La descentralización del sistema y el problema de la equidad social: antecedentes para evaluar la calidad de la educación básica subvencionada. In: FRANCO, Ma. Laura, ZIBAS, Dagmar (orgs.) *Desafios da educação na América Latina*. São Paulo: Cortez; CLACSO; REDUC, 1990.

THE WORLD BANK. *Brazil: issues in secondary education*. s.l., 1989. mimeo. [Report no.7723 BR. Latin America and Caribbean Regional Office]